

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO



PROJETO DE LEI Nº 927, DE 2024.

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de criminólogo.

Autor: Deputado PAULO LITRO

Relator: Deputado LUIZ GASTÃO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 927, de 2024, busca regulamentar a profissão de criminólogo em todo o território nacional e o exercício de sua atividade.

O projeto de lei em tela foi distribuído à Comissão de Trabalho – CTAB e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, do RICD) e compete a esta Comissão de Trabalho apreciar a matéria quanto ao mérito, nos termos do disposto no inciso XVIII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise tem como objetivo regulamentar a profissão de criminólogo, dispondo sobre o que é a ciência da criminologia, o exercício da atividade de criminólogo, os requisitos para desempenho da atividade, as atribuições do profissional e os princípios de conduta a serem respeitados pelo criminólogo.

Argumenta o ilustre autor da proposição que a Criminologia envolve conhecimentos de diversas áreas, tais como do Direito, da Psicologia e da Sociologia, sendo, portanto, uma ciência multidisciplinar. Ainda nessa linha, expõe que o ramo da Criminologia – por ser muito extenso – não é contemplado a



CÂMARA DOS DEPUTADOS



contento nos cursos de pós-graduação, razão pela qual existe a necessidade de
duações específicas que possam abordar de modo mais amplo o escopo
essa ciência tão importante para o estudo do fenômeno criminal, que engloba
desde a análise do crime, do criminoso e da vítima até os mecanismos de
controle social.

No que tange à competência da presente Comissão de Trabalho em
avaliar as propostas de regulamentação do exercício das profissões, não
observamos óbices que impeçam a aprovação do projeto de lei, já que a proposta
não impede que profissionais formados em outras áreas executem as atribuições
do criminólogo, tanto que o texto admite para exercício da atividade o diploma de
Bacharelado em Criminologia assim como os de Pós-Graduação *Lato Sensu* ou
Stricto Sensu em Criminologia.

É pertinente a realização de apenas uma modificação no texto, tendo em
vista que a exigência de curso específico de graduação para que seja aceito o
exercício da atividade de criminólogo por aqueles que possuem Pós-graduação
Lato Sensu ou *Stricto Sensu* em Criminologia é restritiva diante do fato de que
não há exigência de graduação específica como requisito para ingresso nos
referidos cursos de especialização.

Dito isso, a aprovação do PL nº 927, de 2024, é pertinente e assegura
mais legitimidade aos profissionais da Criminologia para que executem suas
atribuições com mais segurança jurídica. Assim, com base em todo o exposto,
somos pela **aprovação** do PL nº 927, de 2024, com a emenda supressiva anexa.

Gostaríamos de expressar nosso agradecimento à Assessora da
Liderança do PSD, Alessandra Gadelha, pelo apoio na elaboração deste parecer.

É o voto, Senhor Presidente.

Sala da Comissão, em de julho de 2024.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 927, DE 2024.

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de criminólogo.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a expressão “**desde que graduado na área das Ciências Sociais, Jurídicas ou Psicologia**”, dos incisos III e IV, do art. 3º, constante no PL nº 627, de 2024.

Sala da Comissão, em de julho de 2024.

Deputado LUIZ GASTÃO
Relator

